



Conflitos sobre práticas de cura: uma análise discursiva da pajelança cabocla na Belle Époque paraense

Flaviana Moraes Pantoja¹
Dilermando Moraes Costa²

Resumo: A pajelança, a despeito de sua importância cultural e espiritual, enfrentou uma perseguição impiedosa da parte das autoridades médicas e judiciais em campanhas difamatórias na imprensa paraense durante a passagem do século XIX para o XX. Em um período em que a modernização urbana e o sanitarismo eram priorizados pelas autoridades políticas do país, a pajelança era significada como uma ameaça ao monopólio da cura que os médicos acadêmicos buscavam estabelecer. Diante do exposto, o objetivo deste artigo, apoiado teórica e metodologicamente na Análise do Discurso materialista, é analisar os efeitos de sentido sobre a pajelança na imprensa paraense, destacando as tensões quanto à compreensão dessa prática xamânica entre o final do século XIX e início do XX. Na primeira parte, trabalharemos as noções teóricas que nortearão este estudo, além de discutirmos as disputas de sentido sobre a pajelança. Em seguida, avançaremos na reflexão debatendo a Imprensa e a concepção antagonista quanto às práticas alternativas de cura no Pará. Por fim, apresentaremos a análise discursiva do corpus composto por recortes de matérias jornalísticas. Encerraremos este texto com as considerações finais, retomando a complexidade das disputas de sentido, bem como as relações de força que se materializam nos discursos.

Palavras-chave: discurso; pajelança; Medicina; Imprensa; controle social.

Conflicts over healing practices:

a discursive analysis of the pajelança cabocla in the *Belle Époque* in Pará

Abstract: Abstract: The pajelança, despite its cultural and spiritual importance, faced relentless persecution by medical and judicial authorities through defamatory campaigns in the press of Pará State during the transition from the nineteenth to the twentieth century. In an era in which urban modernization and sanitarianism were prioritized under the country's political leadership, pajelança was portrayed as a threat to the healing monopoly sought by academic physicians. In view of the above, the aim of this paper, theoretically and methodologically grounded in materialist Discourse Analysis, is to analyze the effects of meaning on pajelança in the Pará State press, highlighting the tensions surrounding the comprehension of this shamanic practice from the late nineteenth century to the early twentieth century. To begin with, we will work on the theoretical notions that will underpin this study, besides discussing the disputes of meaning about shamanism. After that, the discussion will progress to analyze the press and the antagonistic conception regarding alternative healing practices in Pará State. Finally, the paper will present a discursive analysis of the corpus comprising excerpts from newspaper

1 Doutoranda pelo Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8993-0519>.

E-mail: fla.hist@gmail.com

2 Doutorado em Humanidades, Culturas e Artes pela Unigranrio (2017). Professor EBTT do CTUR/UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8675-7017>.

E-mail: diler_costa@yahoo.com.br



articles. We will finish this text with the final considerations, revisiting the complexity of meaning disputes, as well as the power relations expressed in these discourses.

Keywords: discourse; pajelança; Medicine; Press; social control.

Conflictos sobre prácticas de curación:

un análisis discursivo de la pajelança cabocla en la Belle Époque paraense

Resumen: La pajelança, a pesar de su importancia cultural y espiritual, enfrentó una implacable persecución por parte de las autoridades médicas y judiciales en campañas difamatorias en la prensa paraense durante la transición del siglo XIX al XX. En un periodo en el que la modernización urbana y el sanitario eran prioridades para las autoridades políticas del país, la pajelança fue percibida como una amenaza al monopolio de la curación que los médicos académicos buscaban establecer. En este contexto, el objetivo de este artículo, teórica y metodológicamente respaldado por el Análisis del Discurso materialista, es analizar los efectos de sentido sobre la pajelança en la prensa paraense, destacando las tensiones en torno al significado de esta práctica chamánica a finales del siglo XIX y principios del XX. En la primera parte, desarrollaremos las nociones teóricas que guiarán este estudio, además de discutir las disputas de sentido en torno a la pajelança. Luego, avanzaremos en la reflexión debatiendo la prensa y la concepción antagónica respecto a las prácticas alternativas de curación en Pará. Finalmente, presentaremos el análisis discursivo del corpus compuesto por extractos de artículos periodísticos. Concluiremos este texto con consideraciones finales, retomando la complejidad de las disputas de sentido, así como las relaciones de poder que se materializan en los discursos.

Palabras clave: discurso; pajelança; Medicina; Prensa; control social.

Introdução

Na contemporaneidade, há uma profusão de discursos e de manifestações sociais e políticas a respeito da (in)tolerância religiosa. A disputa pela validação e pelo reconhecimento do Sagrado na vida em sociedade, no entanto, não é algo recente, uma vez que, ao longo de séculos, os humanos testemunharam a ascensão e a queda de divindades, assim como alianças entre governos e grupos religiosos em busca de objetivos comuns.

O presente trabalho apresenta como tema a construção da pajelança no discurso jornalístico, compreendendo que esta, enquanto manifestação popular, mística e plural, destoava do ideal de objetividade e de cientificidade defendido pelo discurso biomédico que se impunha na passagem do século XIX para o XX no Estado do Pará. O objetivo deste artigo é analisar os efeitos de sentido sobre a pajelança na imprensa paraense, destacando as tensões quanto à compreensão dessa prática xamânica no discurso jornalístico e na sabedoria popular no intervalo temporal mencionado.

Filiados teórica e metodologicamente à Análise do Discurso materialista (PÊCHEUX, 2014a; 2014b; 2015; ORLANDI, 2015; 2017a; 2017b), privilegiando o diálogo desta com a História, compreendemos que, atualmente, o discurso jornalístico apresenta um funcionamento específico: há o predomínio de um efeito de neutralidade e de objetividade, os quais, por vezes, mascaram posicionamentos ideológicos acerca do tema noticiado. No entanto, é importante pontuar que, na passagem do século XIX para o XX, os posicionamentos político, religioso e/ou ideológico dos periódicos eram expressos, ou seja, como afirma Tânia de Luca (2005), a imprensa do referido período tinha um cará-



ter doutrinário de defesa apaixonada dos ideais de seus fundadores, os quais objetivavam, entre outras coisas, a regulação do espaço público.

À luz da Análise do Discurso (doravante AD), entendemos que o sentido não é dado *a priori* (estável e homogêneo), visto que ele não está restrito ao sistema da língua, como era concebido no início do século XX. Neste trabalho, adotamos a noção de discurso enquanto “efeito de sentidos” (PÊCHEUX, 2014a, p. 81) para pontuar que um signo linguístico pode significar de modo diferente no mesmo contexto histórico devido às relações de força que se materializam na língua. A noção de *discurso* sublinha que os processos de significação ocorrem a partir da relação entre a base linguística e as transformações que lhes são exteriores; ou seja, o sentido produz efeitos na relação entre a língua e a realidade sócio-histórica-ideológica, não se tratando de uma evidência intrínseca do signo. Além disso, como veremos, a mesma base linguística pode produzir diferentes efeitos de sentido a depender da formação discursiva da qual emerge.

Esta discussão defende que o signo linguístico *pajelança* produziu diferentes efeitos de sentido na imprensa e na sabedoria popular durante a passagem dos séculos XIX e XX — período em que o sanitarismo passou a interferir nos centros urbanos e a andar de mãos dadas com a política nacionalista durante a República Velha no Brasil. O posicionamento político-ideológico da época moldava as ações e decisões relacionadas à saúde pública e influenciava significativamente o panorama urbano da época (CASTRO SANTOS, 1985). A perspectiva higienista de normatização do espaço urbano também foi vivida no Pará, principalmente como fruto da importância adquirida pela região amazônica após o auge da economia da borracha, iniciado a partir de 1850.

Na primeira parte deste texto, trabalharemos as noções teóricas que nortearão este estudo, além de discutirmos as disputas de sentido sobre a pajelança. Em seguida, avançaremos na reflexão debatendo a Imprensa e a concepção antagônica quanto às práticas alternativas de cura no Pará. Por fim, apresentaremos a análise discursiva do corpus — composto por recortes de matérias jornalísticas. Encerraremos este texto com as considerações finais, retomando a complexidade das disputas de sentido, bem como as relações de força que se materializam na língua por meio dos discursos.

Este trabalho se justifica pela urgência em analisar os mecanismos ideológicos e discursivos que moldaram a percepção pública e a regulamentação das práticas de cura tradicionais frente ao crescente domínio do discurso biomédico e higienista, revelando dinâmicas de poder que influenciam a marginalização ou a valorização de determinadas práticas culturais. Deste modo, este estudo não só enriquece o campo da Análise do Discurso e da História Social, mas também oferece subsídios para debates contemporâneos sobre diversidade cultural, direitos dos povos tradicionais e as políticas de saúde.

Análise do Discurso e pajelança: a movência dos sentidos

A Análise do Discurso (AD) à qual nos filiamos teórica e metodologicamente emerge a partir das reflexões do filósofo Michel Pêcheux (2014a; 2014b; 2015) na França e se desenvolveu, no Brasil, por meio dos trabalhos da linguista Eni Orlandi (2015; 2017a; 2017b). Trata-se de um empreendimento teórico-metodológico que se constituiu com base em releituras de três importantes campos do conhecimento da época, a saber, a linguística estrutural, o materialismo histórico e a psicanálise lacaniana (PÊCHEUX; GADET, 2014; ORLANDI, 2015; 2017a; 2017b).



Desde a sua constituição, no final da década de 1960, a AD questiona a evidência do sentido, bem como interroga a unicidade e a consciência plena do sujeito. De acordo com os pressupostos dessa disciplina, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo por meio da identificação ideológica (PÊCHEUX, 2014b; ORLANDI, 2015, 2017a; 2017b); todavia, para compreender essa dupla constituição é crucial reconhecer que existem estruturas que nos são anteriores, às quais estamos assujeitados, ainda que estejamos alheios a essa submissão. Entre essas estruturas podemos destacar a da língua, a da ideologia e a do inconsciente.

Em uma relação complexa com a linguística, ciência piloto que serviu de modelo às ciências humanas e sociais a partir dos anos 1940 (DOSSE, 2018), a AD critica a noção de língua enquanto um sistema fechado em si mesmo, defendendo que esta se trata da base/estrutura na qual a ideologia se materializa. Logo, o sentido não pode ser apreendido apenas pela observação do funcionamento interno do sistema linguístico, mas, sim, por meio da abertura deste à realidade histórica, política e social. A relação entre a estrutura e o processo discursivo que sobre ela se desenvolve é o que enseja a produção dos sentidos e dos sujeitos.

Como legatária das ideias do filósofo franco-argelino Louis Althusser (1918-1990), Pêcheux (2014b) incorpora às suas reflexões os debates relacionados à ideologia, “dotada de uma estrutura e de um funcionamento” (ALTHUSSER, 1970, p. 74), e à luta de classes — que constitui a organização complexa da sociedade. Todavia, afastando-se da ideia de falsa ilusão, Pêcheux (2014b) corrobora as teses de Althusser (1970, p. 77) de que a ideologia “representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência” e de que o indivíduo é transformado em sujeito pela interpelação ideológica. Ocorre, portanto, o que Pêcheux (2014b) chama de uma ilusão necessária de autonomia: o sujeito acredita ser a fonte do dizer, no entanto, ele (re)produz os sentidos de uma formação discursiva.

Por formação discursiva (FD), referimo-nos à matriz de sentido que determina “o que pode e deve ser dito” pelos sujeitos, integrando a complexa trama que constitui o dizer à discussão acerca da luta de classes (PÊCHEUX, 2014b, p. 147). Essa noção foi concebida por Michel Foucault (2017), conforme pontua Pêcheux (2014c), e passou por alguns deslocamentos e retificações no quadro teórico da AD, mas se manteve alinhada a uma tese basilar: a crítica a “qualquer metalíngua universal supostamente inscrita no inatismo do espírito humano, e de toda suposição de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu discurso” (PÊCHEUX, 2014b, p. 307).

A identificação do sujeito com a ideologia — e, portanto, com certo sentido — ocorre pela ação do inconsciente. Como outro legado teórico do althusserianismo, temos a aproximação da ideologia com o inconsciente, posto que “*a ideologia é eterna* como o inconsciente” (ALTHUSSER, 1970, p. 74, grifos do autor). À luz do contexto da época, marcado pelo estruturalismo, em que o sujeito não era visto como o centro e a causa de si, a aproximação entre ideologia e inconsciente toca na questão das estruturas-funcionamentos de ambas na constituição de uma subjetividade não subjetivista. O traço em comum entre ideologia e inconsciente está em “dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’” (PÊCHEUX, 2014b, p. 139). Diante disso, temos que o funcionamento dessas estruturas é o que resulta na evidência do sentido e na ilusão de sujeito plenamente consciente.



Uma das contribuições mais significativas da AD às ciências humanas e sociais pode ser apontada como a defesa de que o sentido sempre pode ser outro, uma vez que ele não está dado *a priori*, como antes pontuado. Ao trabalhar a relação entre a língua e o acontecimento, Pêcheux (2015) sublinha a disputa de sentidos que acontece nas tensões entre as FDs nos movimentos da história. Para o filósofo (PÊCHEUX, 2015, p. 53), “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”, o que reafirma o fato de que o sentido não é fixo, mas que só pode ser apreendido quando se observa a FD da qual emerge.

Diante do exposto, aprofundamos que o signo linguístico *pajelança* não apresenta um sentido intrínseco, resultante da união entre significado e significante, pois, como visto, a FD determina o sentido do signo por meio das coerções impostas pela ideologia. Quando refletimos sobre religiosidade e cura, por exemplo, a pajelança ocupa um lugar de destaque na vivência das populações amazônicas e, ao mesmo tempo, torna-se uma ameaça ao discurso médico que se impõe como racional e verdadeiro. Em razão disso, pajelança produz efeitos de sentido diferentes a depender da FD de onde emerge.

De um lado, enquanto uma forma de xamanismo em que a figura do pajé é central, a pajelança remete conceitualmente à perspectiva apresentada por Claude Lévi-Strauss (1975), na qual o xamanismo é significado como uma prática religiosa e mística que envolve a comunicação entre humanos e espíritos da natureza. A magia é entendida a partir do simbólico, permitindo ao xamã o poder de manipular a natureza e os seres humanos por meio de práticas espirituais. Apreciação semelhante faz Eduardo Galvão (1955) em *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá* ao significar a pajelança como um conjunto complexo de práticas mágicas que se baseia no poder dos pajés, para interagir com diferentes classes de entidades sobrenaturais tanto para curar doenças quanto para realizar feitiçarias.

Em uma FD que chamamos de mística, os pajés são significados como intermediários para os verdadeiros agentes de cura, os chamados *encantados*. Conforme Raymundo Heraldo Maués (2005), estes são seres sobrenaturais normalmente invisíveis aos olhos humanos comuns, e que podem se manifestar de diferentes formas — cada uma associada a um contexto específico e recebendo denominações distintas, como descreve o antropólogo:

São chamados de “bichos do fundo” quando se manifestam nos rios e igarapés, sob a forma de cobras, peixes, botos e jacarés. Nessa condição, eles são pensados como perigosos, pois podem provocar mau olhado ou flechada de bicho nas pessoas comuns. Caso se manifestem sob forma humana, nos manguezais ou nas praias, são chamados de “oiaras”; neste caso, eles frequentemente aparecem como se fossem pessoas conhecidas, amigos ou parentes, e desejam levar as pessoas para o fundo. A terceira forma de manifestação é aquela em que eles, permanecendo invisíveis, incorporam-se nas pessoas, quer sejam aquelas que têm o dom “de nascença” para serem xamãs, quer sejam as de quem “se agradam”, quer sejam os próprios xamãs (pajés) já formados: neste caso, são chamados de caruanas, guias ou cavalheiros. Ao manifestar-se nos pajés, durante as sessões xamanísticas, os caruanas vêm para praticar o bem, sobretudo para curar doenças. (MAUÉS, 2005, p.7).



Os sentidos atribuídos aos encantados e à pajelança dialogam com a realidade dos sujeitos, sublinhando a interface entre o humano e os recursos naturais dos quais é dependente, assim como evocando as imagens dos cultos ancestrais que sustentam a memória do dizer. O sintagma *sessões xamanísticas* estabelece uma ordem e um propósito nessa prática: veicular o bem por meio da intervenção espiritual no físico e, como consequência, na estrutura social que ainda se vê distante do discurso médico acadêmico.

Maués (1999) destaca a origem indígena da pajelança cabocla na Amazônia, especificamente mencionando os antigos índios Tupinambás como os detentores originais dessas práticas de cura xamanística. O autor evita a ideia de ‘empréstimo’ cultural, preferindo falar em ‘sincretismo’, o que sugere tanto o deslocamento quanto a integração de elementos culturais em vez de uma simples adoção de práticas de outras culturas. Assim, concordamos com Pêcheux (2014a) quando este afirma que todo discurso se relaciona com discursos anteriores, com os quais estabelece relação de aliança ou de oposição.

Côncios de que uma FD não se configura como um bloco fechado ou totalmente homogêneo, mas que se organiza pela relação com outras matrizes de sentido, entendemos a afirmação de Maués (1999) sobre o fato de a pajelança cabocla resultar do contato entre os indígenas, os brancos e os negros. Tal compreensão implica reconhecer que as práticas de cura foram influenciadas e modificadas através das interações culturais ao longo do tempo, indicando um longo processo histórico de mistura e de adaptação de diferentes tradições culturais e religiosas. Todavia, assim como os povos da Amazônia são diversos, Laveleye (2008) afirma que a pajelança também tem como característica uma ampla heterogeneidade de rituais e mitos. Em outros termos, vemos que a ideologia e o discurso que a materializa são, com efeito, práticas sociais em que sujeito e sentido se constituem e se transformam à luz das transformações históricas.

É plausível destacar que não há na pajelança uma identidade pajeística, na qual os praticantes se veem como ‘bons católicos’, ressaltando a relação estreita entre a pajelança cabocla e o catolicismo popular.³ Vaz Filho (2016) destaca que muitos pajés preferem se autodenominar de curadores ou curandeiros, talvez como uma forma de se afastarem da associação da pajelança a práticas de feitiçaria. Em contrapartida, os termos ‘curador’ ou ‘curandeiro’ são percebidos como menos estigmatizantes e mais respeitáveis.

A noção de dom também é particularmente importante na pajelança, uma vez que somente com essa predisposição sobrenatural é que um sujeito pode exercer qualquer ofício de cura, inclusive o ofício de pajé (CAVALCANTE, 2008). Galvão (1995) assevera que o ‘dom xamanístico’ se manifesta de maneira peculiar antes mesmo do nascimento, pois o pretense pajé emite choros singulares ainda na barriga da mãe e, durante a infância, experimenta ataques e convulsões ou, ainda, apresenta comportamentos distintos dos seus companheiros de idade, sendo recluso, por exemplo. Esses são os chamados ‘pajés de nascença’, que, segundo a antropóloga Patrícia Cavalcante (2008), são prestigiados e reconhecidos como verdadeiros mestres, enquanto os chamados ‘pajés de simpatia’ são aqueles que manifestam seu dom tardiamente, quando são escolhidos pelos seres encantados, mas não detêm o mesmo prestígio dos primeiros. Isso reitera que, para a FD mística, a pajelança possui uma organização interna, por meio da qual as posições-sujeito são estabelecidas e produzem os efeitos de legitimidade/autoridade nos discursos enunciados.

³ Maués (2002) explica que catolicismo popular não é, aqui, visto como um catolicismo praticado por classes baixas, mas aquele reconhecido pelas pessoas em geral, leigas ou até clérigos, em contraposição ao catolicismo oficial, praticado pela Igreja enquanto instituição hierárquica.



Por outro lado, apesar de reconhecida como uma rica herança cultural de ancestrais indígenas e africanos, especialmente em comunidades ribeirinhas, a pajelança, enquanto tradição xamânica com foco na cura, durante o período da *Belle Époque*, enfrentou diversos conflitos com o saber médico oficial, o sistema judicial e a elite letrada da imprensa paraense. Para Rodrigues (2008), no cenário em questão, figuras como pajés, curandeiros, parteiras, espíritas, homeopatas e farmacêuticos sem diploma eram percebidas como concorrentes pela hegemonia da cura; isto é, pelos médicos, os quais buscavam o monopólio das práticas de saúde. No entanto, a insistência da pajelança no espaço urbano amazônico é percebida em múltiplas denúncias presentes nos periódicos da época, na medida em que, como pontua Figueiredo (2003), a imprensa e seus articulistas se engajavam avidamente em uma campanha contra as artes e os saberes tradicionais de cura, mesmo que a prática médica oficial fosse muitas vezes semelhante à dos concorrentes.

Reiteramos que as FD são matrizes de sentido que regulam os discursos. São elas que estabelecem o que é legítimo de ser enunciado e, conseqüentemente, o que também deve ser refutado ou silenciado. Os sentidos constitutivos de uma FD produzem um efeito de coerência interna, mas há também espaço para a contradição. Em outras palavras, uma FD não é um bloco homogêneo que sempre reproduz o mesmo discurso, posto que há zonas de contato com outras as FDs, o que permite a troca de saberes. Nessa interface, os sujeitos são expostos a outros sentidos e podem, a partir de uma tomada de posição (PÊCHEUX, 2014b), questionar os saberes de certa FD. Segundo Gregolin (2020, p. 379), a FD explicita “a linha tênue entre a regularidade e a instabilidade dos sentidos no discurso”, o que nos permite compreender, alinhados a Pêcheux e Gadet (2015), que reprodução não é sinônimo de repetição. Eis aí o pensamento de Pêcheux de que todo enunciado pode vir a ser outro.

A exterioridade de uma FD é delimitada por outras matrizes de sentido, o que reafirma a produção de diferentes efeitos de sentido sobre a mesma estrutura linguística. O sentido de um signo linguístico, no entanto, pode derivar para outro a depender da FD da qual ele emerge. Posto isso, temos que, se pajelança significava positivamente em uma matriz de sentido mística, na qual circulam saberes ancestrais, espirituais, religiosos e culturais; em uma FD cientificista, marcada pelo ideal de objetividade, o sentido atribuído a essa prática era outro.

A partir de um posicionamento diametralmente oposto ao da FD mística, a matriz de sentido cientificista se fundamenta em um saber positivo, acadêmico, legatário de um contexto mais amplo voltado ao saber biomédico. A posição-sujeito legitimada nesta FD estabelece o sujeito-médico como porta-voz desse saber, autorizando-o ao tratamento e à cura da população. A pajelança, outrora significava como prática xamanística ancestral, ao passar de uma FD à outra, é (res)significada como conhecimento rudimentar, inverídico e inconcebível em um contexto voltado à objetividade.

Na FD cientificista, os saberes espirituais são desqualificados em alinhamento a um ideal que prima por uma sociedade desenvolvida em termos sanitários e higiênicos. Na Belém que se modernizava no início do século XX, a prática da medicina por pessoas sem diploma era vista como um sinal de atraso; isto é, um resquício de um passado incivilizado. No entanto, os pajés, os curandeiros, os adivinhos, entre outros, não apenas resistiam, mas também representavam uma forte concorrência para os médicos recém-formados nas faculdades de medicina. O historiador Aldrin Figueiredo (2003) destaca que essa disputa entre saberes tradicionais e a medicina acadêmica era mais evidente nos discursos dos médicos do que na



prática real, como pontuado anteriormente. Ou seja, em seus consultórios, as fronteiras entre as duas áreas nem sempre eram claras e tanto médicos quanto pajés lançavam mão de recursos diversos para cuidar de seus pacientes.

A discussão apresentada nesta seção sustenta que os sentidos estão em constante (dis)tensão, não apresentando a homogeneidade defendida por perspectivas teóricas que se rendem à ilusão de transparência do dizer. Em todas as sociedades há, portanto, posicionamentos que se constituem a partir da relação entre língua, sujeito e história. A AD nos permite compreender como os sentidos se constituem e circulam em dado momento, oferecendo-nos o dispositivo teórico-metodológico para apreendê-lo em sua irrupção, circulação e funcionamento.

Na próxima seção, aprofundamos o debate tomando como ponto de estudo a circulação de discursos na imprensa paraense acerca da pajelança. Em termos metodológicos, prosseguimos para a análise de sequências discursivas publicadas em periódicos paraenses na passagem do século XIX ao XX, nas quais o dizer espelha a FD da qual emerge, bem como aponta para a FD a que se opõe.

Imprensa e a marginalização da pajelança no Pará

Anteriormente, vimos que a Análise do Discurso (AD), desde a sua constituição, coloca em xeque a evidência do sentido e a autonomia do sujeito, como se ambos pudessem existir à revelia das transformações históricas e das coerções da ideologia. O sentido de pajelança, portanto, só pode ser apreendido quando identificada a Formação Discursiva (FD) da qual emerge, observando, por outro lado, a relação estabelecida com outras matrizes de sentido.

A análise do funcionamento dos discursos jornalísticos se torna espaço privilegiado para observar tanto a constituição do sentido, pelo reconhecimento das condições históricas de produção dos discursos, quanto a circulação desses dizeres em dado contexto. Com base em Dela-Silva e Santos (2018, p. 301),

entendemos que o jornalístico é um dos discursos produzidos e em circulação na mídia, em nossa formação social, e se constitui sócio-historicamente na diferença em relação a outras práticas discursivo-midiáticas, tais como a publicidade e o entretenimento, por exemplo. Dentre as características que especificam o jornalismo, estão a sua associação ao relato imaginariamente objetivo e direto de fatos considerados enquanto acontecimentos empíricos, como se fosse possível dizer sobre algo sem uma filiação histórico-ideológica marcada.

O efeito de objetividade, marca recorrente em muitos periódicos na atualidade, busca relatar os sentidos como se estes já existissem *a priori*; isto é, apaga as relações de força que disputam o estabelecimento dos sentidos. O efeito de neutralidade e de verdade mascaram, por sua vez, o fato de que um discurso é sempre silenciado quando um (outro) dizer é formulado. A posição-sujeito jornalista, então, é significada socialmente como aquela que se distancia dos acontecimentos e que consegue descrevê-los de forma isenta; isso apaga o fato de que os próprios veículos de comunicação estão afetados pela formação ideológica que os determina, bem como que a observação de fatos não apaga a subjetividade do profissio-



nal que o narra. Todavia, é fundamental reiterar que o discurso jornalístico não é neutro, mas, sim, uma construção que reflete as condições históricas e ideológicas de sua produção.

Por outro lado, diferentemente das características atuais, a imprensa do século XIX estava intrinsecamente ligada às disputas políticas e os jornais atuavam como agentes dessas ideologias de forma explícita, como apontam Luca e Martins (2006). A posição-sujeito-jornalista da época, com efeito, carregava consigo as marcas dos contextos sócio-históricos e das formações discursivas que a constituíam. Assim, a narrativa jornalística, longe de ser uma simples descrição objetiva, impunha-se como um espaço em que as tensões ideológicas revelavam a complexa relação entre discurso, poder e história.

A cruzada da imprensa contra a pajelança no Pará, no final do século XIX, desvelou o funcionamento de uma FD cientificista e exerceu um impacto significativo nos leitores dos periódicos que circulavam pelo Estado. Figueiredo (2003, p. 275) destaca que “na virada do século XIX, os jornais se viam abarrotados diariamente por denúncias contra a ‘calamidade dos pajés’, como era denominada na época”. O fato de que os periódicos apresentavam *denúncias* sublinha o posicionamento negativo das reportagens, as quais, muitas vezes, apresentavam um tom sensacionalista. Essas formulações contribuíram para a marginalização da pajelança enquanto prática de cura, pois ela destoava do Código Penal de 1890 (BRASIL, 1890), precisamente dos oito artigos do Capítulo III - Dos Crimes de contra a Saúde Pública. Abaixo, apresentamos três artigos, publicados pelo jornal *Diário de Notícias*, em 12 de fevereiro de 1891:

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer de seus ramos, a arte dentária ou a farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos.

Penas de prisão celular por um a seis meses, e multa de 100\$000 a 500\$000. Parágrafo único: Pelos abusos cometidos no exercício ilegal da medicina em geral, os seus atores sofrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes que derem casos.

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas - de prisão celllular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

§ 1º Si por influencia, ou em consequencia de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação, ou alteração temporaria ou permanente, das faculdades psychicas:

Penas - de prisão celllular por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000.

§ 2º Em igual pena, e mais na de privação do exercicio da profissão por tempo igual ao da condemnação, incorrerá o medico que directamente praticar qualquer dos actos acima referidos, ou assumir a responsabilidade delles.

Art. 158. Ministrarr, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro:

Penas - de prisão celllular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

Paragrapho unico. Si o emprego de qualquer substancia resultar á pessoa privação, ou alteração temporaria ou permanente de suas faculdades psychicas ou funcções physiologicas, deformi-



dade, ou inhabilitação do exercício de órgão ou aparelho organico, ou, em summa, alguma enfermidade:

Penas - de prisão cellular por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000.

Si resultar a morte:

Pena - de prisão cellular por seis a vinte e quatro annos. (*Diário de Notícias*, Belém/PA, 12 de fevereiro de 1981. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

Os artigos acima apresentados, não coincidentemente, compartilham a página com anúncios e propagandas de remédios e de clínicas médicas. Se, por um lado, a FD cientificista objetiva desqualificar práticas mágicas ou sem a devida qualificação, ela também valida o saber objetivo oriundo da academia. Em vez de recorrer à natureza, busca-se a medicalização; em substituição à posição-sujeito pajé, afirma-se a do médico.

A divulgação dos artigos acima (156, 157 e 158) sugere que, além dos pajés e curandeiros, a mensagem tinha a intenção de alcançar seus clientes, visto que, ainda na virada do século, estes preferiam os pajés aos médicos acadêmicos. Nesse contexto, embora a publicação de leis fosse comum nas páginas dos jornais, é relevante considerar que a divulgação dos artigos penais revelava o posicionamento explícito da imprensa no conflito entre médicos e pajés pelo domínio das artes de curar, bem como explicita a tentativa de controle de seus adeptos.

Embora os artigos penais em destaque estejam inseridos no Capítulo III do Código Penal Republicano e se destinem a crimes contra a saúde pública, sua aplicação se estendia também à criminalização de práticas religiosas, como o espiritismo, e a outras tradições mágico-religiosas, como a pajelança e a umbanda. A FD cientificista construiu sua identidade semântica pela rejeição do que a FD mística preconizava.

A historiadora Adriana Gomes (2017) examina o caso do espiritismo como prática criminalizada à luz do artigo 157 do Código Penal de 1890 e ressalta que, apesar do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, ter iniciado o processo de secularização do Estado brasileiro e garantido a liberdade de culto, o código ainda permitia a repressão contra crenças espíritas. Vale destacar que o artigo 72 da Constituição Republicana de 1891 garantia a liberdade religiosa como um direito do cidadão (BRASIL, 1891), e serviu para juristas, como Francisco José Viveiros de Castro, emitirem vereditos de inocência para praticantes do espiritismo e outras práticas consideradas 'fetichistas' em processos criminais baseados no artigo 157 do CP/1890, conforme aponta estudos de Gomes (2017) e de Possidônio (2020). Entretanto, apesar do entendimento de alguns juristas da época, os artigos mencionados do Código Penal foram utilizados como fundamento para acusações e perseguições contra práticas religiosas de origens indígenas e africanas, em especial.

O final do século XIX representou um período turbulento para os adeptos da pajelança no Pará, tamanha as perseguições e as denúncias nas páginas dos jornais que, hoje, tomadas enquanto fontes historiográficas, também demonstram a insistência dessa prática entre a população urbana e dos interiores do referido Estado. Um desses periódicos, *A República*, atribuía aos pajés a responsabilidade por mortes em denúncias realizadas em suas páginas, a exemplo do narrado em fevereiro de 1891: quando mencionado, o



jornal acusou Felipe Benício de tal de ser um pajé e pelo Acaraqui, no distrito de Abaeté, estaria “fazendo <o diabo>”⁴, conforme vemos:

Inculca-se como o supremo curandeiro do rio e n'estas vistas vae matando a torto e a direito, ora ao som do cachimbo e do canto, ora da dansa e das evocações.

No dia 2 d'este mez enterrou-se na Vila de Abaeté a rapariga Umbelina de Tal, victima do terrível pagé.

O enterro, segundo nos consta, fez-se sem ter se procedido diligencia alguma para averiguar se realmente existe um crime, como é voz pública.

Chamamos atenção do dr. chefe de polícia e pedimos providências enérgicas contra o pagé. (*A República*, Pagé. Belém/PA, 06 de fevereiro de 1891. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

As acusações contra o pajé de Abaeté no periódico *A República*, em 1891, são graves e carregadas de simbolismo. A expressão *fazer o diabo* significa que o pajé atuava com liberdade na cidade, inclusive cometendo o que foi enunciado como crime. O articulista descreve as ações do pajé como ocorrendo *ao som do cachimbo e do canto, ora da dança e das evocações*, em uma referência direta, mas irônica, aos rituais da pajelança afro-indígena, que incluem cantos, uso do cachimbo e evocação de espíritos. Os recursos místicos do pajé (cachimbo, cantos etc.) derivam para armas letais em uma FD que prima pelo saber biomédico; a posição-sujeito pajé desliza para a posição-sujeito assassino. Logo, os recursos e as práticas são significados como marginais.

Apesar da gravidade da acusação de assassinato de Umbelina, o jornal relata que o enterro da vítima ocorreu *sem qualquer investigação para averiguar se realmente houve crime*. De modo contraditório, o texto afirma que o pajé Felipe Benício *estava matando a torto e a direito*, insinuando a existência de outras vítimas; todavia, a falta de provas concretas não impediu a denúncia e a acusação a Felipe de ser publicada no periódico. A ambiguidade e o apagamento de detalhes sobre o caso não só levantam questões sobre a veracidade das acusações, mas também revelam o tom alarmista dos jornais da época ao publicarem reportagens semelhantes.

Nos primeiros dias do ano de 1896, o periódico noticioso *Diário de Notícias* (1880 – 1898) divulga em uma de suas folhas dedicadas a informes e a notícias policiais a ‘excursão’ de um pajé em São Miguel do Guamá, município da região nordeste do Estado do Pará. Segundo consta na notícia, por lá andava ‘um atrevido pagé’, que se chamava Manoel de Belém, porém tal nome é lançado em dúvida, pois o periódico afirma que seu verdadeiro nome era ‘Herculano de Tal’. Logo de início, ao chamá-lo de *atrevido* e informar a suposta troca de nomes, o periódico sugere o caráter duvidoso do pajé e o recorte que se segue detalha, em tom alarmista, suas ações:

Este famigerado traz o povo do Acary e Mathary em constante alvoroço com as suas façanhas de pagé; dança em cima de brazas accezas, cai morto no chão e os assistentes por ordem d'elle,

⁴ [Grifos do original.]



durante este tempo, se conservam todos de pé e braços cruzados; chupa na perna ou barriga da pessoa que cura, d'onde extrahe cobras, jacarés, ratos, morcegos, onças etc, etc.

Diz elle que a sua especialidade é em molestias de mulher, e realmente é n'essas que elle se espinde mais em chupar para tirar cobras; dizem que outro dia tirou da barriga jacaré sem unhas. d'uma moça um

Propala por aqui que tem attestados A'alguns medicos d'essa capital, e bem assim licença do governo para curar.

As autoridades d'aqui não prestam at tenção à semelhante abuso, deixam o bruto cantar, dançar, engulir e chupar à vontade. Consta que até já tirou ama. onça da perna d'um agente de segurança. (*Diário de Noticias*, Págé. Belém/PA, 05 de janeiro de 1896. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

Observamos que a ênfase nas *façanhas* e o relato detalhado dos rituais (dançar em brasas, cair morto no chão) são textualizados no periódico como um esforço de suscitar a incredulidade e até de ridicularizar as práticas de Manoel e daqueles que o auxiliavam ou que usavam seus serviços. Ademais, as descrições vívidas do ritual da cura, como chupar cobras e extrair animais de dentro das pessoas, associam a pajelança à selvageria. Entretanto, as façanhas de *dançar em cima das brasas* e de *chupar a doença* eram típicas de um ritual de cura de pajelança em que havia a incorporação do pajé pelo encantado ou caruana, conforme identificamos na descrição de Heraldo Maués:

Às vezes é um só caruana que cura, outras vezes são vários. Há muitas variações. As técnicas também são variadas: as mais notáveis incluem dançar com o doente nas costas, chupar a doença - aplicando diretamente a boca sobre a pele do enfermo -, defumar com o cigarro tauari a parte afetada pela doença, ou passar cachaça, por exemplo, sobre o corpo do paciente. Alguns pajés, tomados pelos seus caruanas, realizam proezas espetaculares: equilibram-se em pé, dançando sobre redes de dormir atadas em suas escápulas; ou dançam, com os pés descalços, sobre cacos de vidro ou carvões em brasa sem se ferirem. (MAUÉS, 2005, p. 270).

No entanto, embora não mencionado na narrativa do *Diário*, os rituais de cura da pajelança cabocla — além de suas raízes indígenas — também reúnem influências do cristianismo e de crenças e práticas africanas. A FD mística estabelece pontos de contato com diferentes religiosidades, mas isso é apagado na FD cientificista. Logo, não seria incomum um pajé iniciar a sessão fazendo orações católicas diante de imagens de santos e 'entregando' seu espírito a Deus (MAUÉS, 2005, p. 270); mas revela tal associação com o catolicismo ao denunciar que a prática de pajelança poderia complexificar a narrativa do jornal, que parece empenhada em deslegitimar e em ridicularizar o pajé e suas práticas, mantendo o foco na representação negativa e exótica das tradições populares e desviando a atenção das conexões e dos sincretismos religiosos que poderiam conferir uma legitimidade cultural e espiritual mais ampla à pajelança.

O jornal também expressa preocupação com a ordem pública ao mencionar que o pajé *traz o povo... em constante alvoroço*, sugerindo que suas atividades não só são vistas como fraudulentas, mas tam-



bém como perturbadoras da paz e da ordem social; o que nos remete à autora Pesavento (2004) quando esta afirma que a elite urbana brasileira, ilustrada e cientificista do final do século XIX, “ao estabelecer as fronteiras da cidadania e da exclusão, definia como turbulento aquele que provocava desordem ou tumulto” (PESAVENTO, 2004, p. 30).

Nesse contexto, os praticantes da pajelança representavam grande ameaça à ordem urbana e, com o advento da modernidade impulsionada pela economia da borracha, as ações de controle às posturas ultrajantes na Belém da virada do século XIX para o XX se tornaram cada vez mais rígidas, uma vez que “os administradores estabeleceram um projeto de modernização para a cidade, as atividades policiais adotaram medidas de controle e disciplinarização dos moradores com mais eficiência e respaldo institucional” (LACERDA; SARGES, 2009, p. 173).

Contudo, na formulação textualizada no *Diário*, as autoridades locais não estariam tomando medidas contra o pajé, afirmando que estas *não prestam atenção a semelhante abuso*, sugerindo uma falha institucional em coibir práticas consideradas potencialmente perigosas e mais: com a menção de que o pajé *até já tirou uma onça da perna d’um agente de segurança* o articulista nos relembra que até os agentes do estado utilizavam os serviços dos pajés. Isto é, identificamos que, embora o discurso oficial se posicionasse contra a pajelança, as partes mais vulneráveis, ainda que filiadas às forças do Estado, rendiam-se à prática xamânica.

Por vezes, as denúncias aos chefes de polícias eram acompanhadas de ironias ou de ofensas, como a denúncia da atuação de um pajé atuando no bairro Pratinha, na capital paraense, publicada também no *Diário de Notícias* em maio de 1892. Com o título *Um pagé em scena*⁵, o articulista recomendava à polícia que desse um passeio *lá p’ras bandas da Pratinha*, pois lá estaria *exercendo o officio de pajelança o já muito celebre - Pae Adão*. O articulista acrescenta: *Esse patife, segundo nos informam, acha-se há dias em sua casa fazendo curativos a uma mulher. O sr. sub-prefeito do 3º districto, arrume esse Esculapio de nova especie n’uma enxovia, ahi assim por uns oito dias*.

Parece que Pai Adão era uma figura conhecida na época pelo seu ofício, pois, ao chamá-lo de *o já muito célebre*, o articulista sugere, pelo uso do artigo definido, dos advérbios e do adjetivo, que o sujeito atuava há muito tempo na Pratinha, um bairro da região nordeste de Belém, bem como gozava de certa popularidade. Outro aspecto interessante nessa denúncia é Adão ser chamado de *Esculápio de nova espécie*, uma ironia em referência ao deus grego da medicina e da cura. Ao classificá-lo como *nova espécie*, o articulista produz um efeito de desprezo, reforçado pelo uso do determinante discursivo *patife*, que também o associa à malandragem e à desonestidade, além de sugerir o seu encarceramento na pior forma de prisão.

Considerações Finais

Neste estudo, objetivamos analisar os efeitos de sentido sobre a pajelança na imprensa paraense, destacando as tensões quanto à compreensão dessa prática xamânica no discurso jornalístico e na sabedoria popular na passagem do século XIX ao XX. Ancorados na Análise do Discurso materialista (AD), destacamos a importância de se entender a complexidade dos discursos sobre a pajelança, evidenciando como diferentes Formações Discursivas produziram sentidos opostos sobre essa prática. A análise das sequências

⁵ Diário de Notícias. Belém/PA, 13 de maio de 1892 Ed. 105. Acervo da Biblioteca Nacional.



discursivas buscou revelar a dinâmica de poder e os conflitos entre saberes tradicionais e científicos, mostrando que os sentidos não são fixos, mas estão em constantes disputas.

As análises sobre a imprensa, bem como acerca da marginalização da pajelança no Pará, explicitam o modo pelo qual os discursos jornalísticos contribuíram significativamente para a desqualificação e a marginalização de uma prática de cura que, no recorte temporal em pauta, representava grande concorrência com a hegemonia médica. Logo, o discurso jornalístico estava fortemente influenciado pela Formação Discursiva cientificista — em detrimento de práticas mágicas e tradicionais —, promovendo a medicalização e o saber acadêmico como únicos e legítimos meios de cura.

A partir deste gesto de interpretação, entendemos que refletir sobre os mecanismos de poder nos permite valorizar a diversidade de saberes e promover um diálogo mais inclusivo e respeitoso entre diferentes tradições de cura e práticas religiosas. Ao fazê-lo, contribuímos para a preservação de práticas ancestrais, como a pajelança cabocla — que continua resistindo enquanto alternativa de cura, principalmente em lugares mais remotos na Amazônia —, e para a construção de uma sociedade que reconheça e respeite as múltiplas formas de saberes ancestrais, os quais podem nos ensinar o exercício criativo, diverso e singular do cuidado e da cura.



Referências

Fontes

- Diário de Notícias, Código Penal: Capítulo III. Belém/PA, 12 de fevereiro de 1981. Acervo da Biblioteca Nacional.
- A República*, Pagé. Belém/PA, 06 de fevereiro de 1891. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.
- Diário de Notícias*, Pagé. Belém/PA, 05 de janeiro de 1896. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.
- Diário de Notícias*. Belém/PA, 13 de maio de 1892 Ed. 105. Acervo da Biblioteca Nacional.

Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1970.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 1891. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em: 21 jun. 2024.
- BRASIL. Decreto 847, de 11 de outubro de 1890. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 21 jun. 2024.
- CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de. O pensamento sanitaria na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p.193-210, 1985.
- CAVALCANTE, Patrícia Carvalho. *De “nascença” ou de “simpatia”*: iniciação, hierarquia e atribuições dos mestres na pajelança marajoara. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belém, 2008. 104 f
- DELA SILVA, Silmara; SANTOS, Regiane Gomes dos. A mídia e os dizeres sobre o professor no Brasil: uma análise do discurso jornalístico. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 28, n. 57, p. 299-317, 2018.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo: o campo do signo (1945/1966)*. Vol. 1. Tradução de Álvaro Cabral. Bauru, SP: Edusc, 2018.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Anfiteatro da cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX”. In: CHALHOUB, Sidney et. al. (Org.). *Artes e ofício de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 273-304.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- GALVÃO, Eduardo. *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- GOMES, Adriana. *Um crime indígena ante as normas e o ordenamento jurídico brasileiro: a criminalização do espiritismo e o saber jurídico na Nova Escola Penal de Francisco José Viveiros de Castro (1880-1900)*. Tese de Doutorado, UERJ: Rio de Janeiro, 2017.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Formação discursiva, redes de memória e trajetões sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020, p. 377-393.



- LACERDA, Franciane Gama; SARGES, Maria de Nazaré. De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada dos séculos XIX para o XX. *Projeto História*. São Paulo, nº 38, p. 165 a 182, jun 2009, p. 165-182.
- LAVELEYE, Didier de. Distribuição e heterogeneidade no complexo cultural da “pajelança”. In: MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira (orgs.). *Pajelança e Religiões Africanas na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2008.p. 113-120.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O feiticeiro e sua magia*. Antropologia estrutural, v. 5, p. 193-214, 1975.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Catolicismo e Xamanismo*: comparação entre a cura no Movimento Carismático e na Pajelança rural amazônica. *Ilha – Florianópolis*, v. 4, n. 2, dezembro de 2002, p. 51-77.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. A pajelança cabocla como ritual de cura xamânica. In: MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira. (Org.). *Pajelanças e religiões africanas na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2008.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. *Estudos avançados*, v. 19, p. 259-274, 2005.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma outra “invenção” da Amazônia*: religiões, histórias, identidades. Belém: Editora Cejup, 1999.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.
- ORLANDI, Eni. *Discurso em análise*: sujeito, sentido, ideologia. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017a.
- ORLANDI, Eni. *Eu, tu, ele*: discurso e real da história. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017b.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014a, p. 59-158.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2014b.
- PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014c, p. 307-315.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014, p. 159-249.
- PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A língua inatingível. In: ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP; Pontes Editores, 2015, p. 93-105.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do séc. XIX. *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 30, n. 2, 2004. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/1314>. Acesso em: 22 jun. 2024.



-
- POSSIDONIO, Eduardo. *Caminhos do sagrado: ritos centro-africanos e a construção da religiosidade afro-brasileira no Rio de Janeiro dos oitocentos*. Tese de Doutorado, UFRRJ: Seropédica -RJ, 2020.
- RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Esculápios tropicais: a institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919*. Dissertação de Mestrado: UFPA, 2008.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, IFCH, 2001.
- VAZ FILHO, Florêncio de Almeida. *Pajés, benzedores, puxadores e parteiras: os imprescindíveis sacerdotes do povo na Amazônia*. Santarém: UFOPA, 2016.